

Título: A ausência da opinião pública nas esferas institucionais e suas consequências: declarações públicas entre executivo e judiciário

Autor(es) Carlos Alberto Pereira das Neves Bolonha*; Natan Oliveira Lima; Gabriel Firmato Glória Dolabella; Gustavo Salles da Costa; Augusto César Pereira Sampaio do Nascimento

E-mail para contato: bolonhacarlos@gmail.com

IES: UFRJ / Rio de Janeiro

Palavra(s) Chave(s): diálogo; instituições

RESUMO

A realidade política e institucional brasileira encontra-se distante de um elemento fulcral para a desenvoltura institucional ser condizente com a vontade pública: a opinião pública. As assertivas, por parte de indivíduos dotados de representatividade, que questionam publicamente a autoridade e capacidade de um dos três poderes, tornaram-se comuns no cenário político brasileiro. Observa-se como problema do projeto de pesquisa um pequeno número de crises institucionais no cenário brasileiro. Tal número confronta com a quantidade de declarações públicas proferidas por indivíduos que apresentam ou representam determinadas instituições e são poucos responsáveis ao pronunciar-se. No Brasil, a não identificação da autoridade presentativa/representativa que um indivíduo goza frente a uma instituição é negligenciada pela opinião pública. A recente literatura produzida pelos professores Adrian Vermeule e Eric Posner trata de situações de conflito de autoridade como originárias de crises institucionais. O objeto do presente trabalho analisa os posicionamentos midiáticos de autoridades nacionalmente conhecidas. Representantes dos mais altos cargos de seus poderes, Executivo e Judiciário, respectivamente, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e o atual Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa. Como hipótese observa-se que a ausência da opinião pública enfraquece o voto como um instrumento de controle democrático. Observa-se, no entanto, grande descaso, por parte das autoridades, em como refletirão declarações públicas frente ao exercício da representatividade. A inobservância dessas declarações, pela ausência de valoração da opinião pública, acarreta tensões institucionais. Observam-se, metodologicamente, critérios e parâmetros analíticos, assim como o método hipotético-dedutivo de pesquisa. Temporalmente, desde janeiro de 2010 a abril de 2014; Especialmente nos três Poderes; Materialmente com as declarações públicas das autoridades. Tem-se como objetivo geral demonstrar que a ausência de crises no cenário brasileiro garante estabilidade institucional. Observa-se, ainda, que questionamentos públicos, feitos por autoridades acerca de competências de outros poderes e instituições são recepcionados pela opinião pública, ainda que represente um afronta à tripartição dos três poderes. Ainda que em fase inicial, como resultados parciais, aspira-se à confirmação da hipótese demonstrando a inobservância de princípios de respeito à tripartição de poderes e os efeitos desse problema na sociedade brasileira.